

Enc: Ofício COMSEFAZ N. 060/2020 e Nota Técnica COMSEFAZ 001/2020 - PLP 72/2020

Presidência

seg 20/04/2020 10:02

Para: Jacqueline de Souza Alves da Silva <JACQUES@senado.leg.br>;

Prioridade: Alta

 2 anexos

Ofício COMSEFAZ 060 - 20 PLP72-20 - DAVID ALCOLUMBRE.pdf; NOTA TÉCNICA COMSEFAZ 001-2020 PLP 72 2020.pdf;

De: marcela.batista@comsefaz.org.br <marcela.batista@comsefaz.org.br>

Enviado: sexta-feira, 17 de abril de 2020 17:26

Para: Presidência

Cc: gabinete.fazenda@ac.gov.br; wanessa777@hotmail.com; gasantoro@sefaz.al.gov.br; gabinete@sefaz.al.gov.br; agiglio@sefaz.am.gov.br; gsefaz@sefaz.com.gov.br; secretario@sefaz.ap.gov.br; 9s.abrantes@bol.com.br; manoel.vitorio@sefaz.ba.gov.br; pacmara9@yahoo.com.br; fernanda.mara@sefaz.ce.gov.br; agenda.gabinete@sefp.df.gov.br; saf@fazenda.df.gov.br; gabinete@sefaz.es.gov.br; rogelio.amorim@sefaz.es.gov.br; sricardo@sefaz.es.gov.br; cristianealkimin-js@sefaz.go.gov.br; marcellus.alves@sefaz.ma.gov.br; marcellu@elo.com.br; gabin@sefaz.ma.gov.br; gustavo.barbosa@fazenda.mg.gov.br; gabinete@fazenda.mg.gov.br; lcflgomes@gmail.com; lcflgomes123@gmail.com; fmattos@fazenda.ms.gov.br; gabinete@fazenda.ms.gov.br; rogeriogallo@sefaz.mt.gov.br; sefagab@sefa.pa.gov.br; marialvo.santos@receita.pb.gov.br; decio.padilha@sefaz.pe.gov.br; monique.melo@sefaz.pe.gov.br; rafaelfonteles@sefaz.pi.gov.br; rgarciajr@sefa.pr.gov.br; gabrff.df@rfb.gov.br; lcrcarvalho@fazenda.rj.gov.br; gabsefaz@fazenda.rj.gov.br; carlosx@set.rn.gov.br; caduxaviernatal@gmail.com; lfernando@sefin.ro.gov.br; marco.alves@sefaz.rr.gov.br; gabinete_sefazrr@hotmail.com; marcoc@sefaz.rs.gov.br; Gabinete.gsf@sefaz.rs.gov.br; marcos.nascimento@sefaz.se.gov.br; gabsec.sefaz@sefaz.se.gov.br; marcoaqueiroz2010@gmail.com; marco.queiroz@sefaz.se.gov.br; marcelo.carvalho@sefaz.se.gov.br; gabsec.sefaz@gmail.com; peli@sef.sc.gov.br; gabs@sef.sc.gov.br; marco.queiroz@sefaz.se.gov.br; marcelo.carvalho@sefaz.se.gov.br; gabsec.sefaz@sefaz.se.gov.br; gabsec@fazenda.sp.gov.br; hcmeirelles@fazenda.sp.gov.br; gmgley@fazenda.sp.gov.br; sandroarmando@gmail.com; gabsec@sefaz.to.gov.br

Assunto: Ofício COMSEFAZ N. 060/2020 e Nota Técnica COMSEFAZ 001/2020 - PLP 72/2020

A Sua Excelência o Senhor

DAVI ALCOLUMBRE

Presidente

Senado Federal - SF

Praça dos Três Poderes

Edifício Principal - Ala Antônio Carlos Magalhães

CEP: 70165-900 - Brasília/DF - Telefone: (61) 3303-1830

A pedido do **Presidente do COMSEFAZ, Dr. Rafael Tajra Fonteles**, encaminho o **Ofício COMSEFAZ N. 060/2020 e Nota Técnica COMSEFAZ 001/2020**, que trata sobre o PLP 72/2020 que suspende o regime de substituição tributária, quando reconhecida a ocorrência do estado de calamidade pública, do Estado de Sítio ou Estado de Defesa, acrescentando o art. 10-A na Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996 – Lei Kandir.

Mantemo-nos à disposição.

20/04/2020

Enc: Ofício COMSEFAZ N. 060/2020 e Not... - Jacqueline de Souza Alves da Silva

Respeitosamente,





OFÍCIO COMSEFAZ N. 060/2020

Brasília- DF, 17 de abril de 2020.

A Sua Excelência o Senhor

DAVI ALCOLUMBRE

Presidente

Senado Federal - SF

Praça dos Três Poderes

Edifício Principal - Ala Antônio Carlos Magalhães

CEP: 70165-900 - Brasília/DF - Telefone: (61) 3303-1830

Assunto: PLP 72/20 - Suspende o regime de substituição tributária, quando reconhecida a ocorrência do estado de calamidade pública , do Estado de Sítio ou Estado de Defesa, acrescentando o art. 10-A na Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996 – Lei Kandir.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

O Projeto de Lei Complementar nº 72, de 2020, apresentado em 2 de abril de 2020, propõe alteração na Lei Complementar nº 87, de 1996, suspendendo a aplicação do regime de substituição tributária durante o período de ocorrência de estado calamidade pública, dentre outras disposições.

A análise da alteração proposta no PLP 72/20, criteriosamente detalhada na Nota Técnica anexa, indica forte impacto negativo nas receitas estaduais, que poderá chegar à ordem de R\$ 15,40 bilhões por mês, sem prejuízo da distorção provocada nas relações empresariais pelo comprometimento da livre concorrência, às imensas dificuldades operacionais e complexidades das obrigações acessórias que se instalariam, na imprecisão e inadequação das propostas sob o aspecto lógico-legislativo, pelo que os entes nacionais propugnam a rejeição integral do PLP 72/20.





Em face ao exposto, considerando que a suspensão do ICMS-ST poderá acarretar um impacto mensal de até R\$ 15,40 bilhões sobre a arrecadação do ICMS dos Estados e Distrito Federal, somos pela rejeição do PLP 72/20, uma vez que sua eventual aprovação produziria efeitos catastróficos às finanças estaduais, com repercussão direta no repasse da quota-parte do ICMS aos Municípios, significando insofismavelmente a falência financeira de diversos Estados e Municípios brasileiros.

Cordialmente,



Rafael Tajra Fonteles
Presidente
COMSEFAZ



NOTA TÉCNICA COMSEFAZ nº 001/2020

PLP 72/2020. Projeto de Lei Complementar nº 72, de 2020, que visa alterar a Lei Complementar nº 87, de 1996, por meio da inclusão do art. 10-A.

Trata-se de Projeto de Lei Complementar nº 72, de 2020 (PLP 72/20) que visa alterar a Lei Complementar nº 87, de 1996, mediante inclusão do art. 10-A, prevendo hipótese de suspensão do regime da substituição tributária nas situações que especifica.

O projeto em análise, de autoria da Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS), foi redigido nos seguintes termos:

“PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº , DE 2020

Suspende o regime de substituição tributária, quando reconhecida a ocorrência do estado de calamidade pública , do Estado de Sítio ou Estado de Defesa, acrescentando o art. 10-A na Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996 – Lei Kandir.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 10, da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996 – Lei Kandir, passa a vigorar acrescido do seguinte dispositivo:

“Art. 10

Art. 10-A Na hipótese de reconhecimento, para os fins do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, de ocorrência do estado de calamidade pública, ou por decretação do Estado de Sítio ou Estado de Defesa, fica suspenso o regime de substituição tributária de que trata Lei Complementar.

Parágrafo único. A suspensão perdurará até o encerramento do prazo dos efeitos do Decreto que reconhecer a ocorrência do estado de calamidade pública, do Estado de Sítio ou do Estado de Defesa. (NR)”. ”.

A justificativa, em síntese, seria priorizar a capacidade contributiva do contribuinte diante do cenário vivenciado em razão da pandemia de COVID-19, no sentido de *“preservar ou socorrer a economia, empregos e rendas, além de afastar as presunções tributárias fictícias para a antecipação de tributos com base em fatos geradores que certamente não estão ocorrendo”*.

DO MÉRITO

A matéria constante da redação do PLP 72/20 versa sobre norma que tem por escopo suspender a incidência do regime de substituição tributária durante eventual período de calamidade pública, razão pela qual faz-se oportuno recordar algumas premissas acerca deste regime de responsabilidade tributária, que contribui para a isonomia competitiva entre os contribuintes, haja vista que todos ficam sujeitos à mesma carga tributária, o que ajuda a evitar a concorrência desleal fundada em sonegação fiscal.

Atualmente, o regime da substituição tributária está adstrito às operações antecedentes, em relação às quais a tributação se dá na última etapa da cadeia de circulação de mercadorias, a algumas prestações de serviço e às operações subsequentes, em que a tributação pelo ICMS ocorre nas etapas iniciais da cadeia de circulação dos grupos de mercadorias constantes do rol previsto na alínea “a” do inciso XIII do § 1º do art. 13 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

Cumprе salientar que, nos termos da presente proposta, todos os regimes de substituição tributária serão objeto de suspensão, inclusive aqueles relacionados às operações antecedentes. Nesse aspecto, importante destacar que ficarão, por exemplo, os produtores rurais obrigados a recolher o imposto, que em de regra, pelo regime de substituição tributária é de responsabilidade do destinatário. Tal situação acarretará custos tanto ao pequeno produtor rural como às administrações tributárias que terão que iniciar novos procedimentos de controle e cobrança sobre tais contribuintes.

Os grupos de mercadorias passíveis de sujeição ao regime da substituição tributária em relação às operações subsequentes foram relacionados com as definições contidas na Nomenclatura Brasileira de Mercadorias baseada no Sistema Harmonizado (NBM/SH), compatível com a classificação internacional de mercadorias, e estão especificadas no Convênio ICMS nº 142, de 2018, que dispõe sobre os regimes de substituição tributária e de antecipação de recolhimento do ICMS com encerramento de tributação, relativo ao imposto devido pelas operações subsequentes.

Dentre as mercadorias passíveis de sujeição ao regime da substituição tributária, depreende-se que a grande maioria continua sendo comercializada, mesmo diante da pandemia de COVID-19 que o país está vivenciando, tais como: bebidas, cigarros, combustíveis, energia elétrica, lâmpadas, materiais de limpeza, medicamentos, produtos farmacêuticos para uso humano ou veterinário, papeis, plásticos, produtos alimentícios, produtos de papelaria, produtos de perfumaria e de higiene pessoal e cosméticos, produtos eletrônicos, rações para animais domésticos e sorvetes.

Isto porque, a pandemia de COVID-19 e orientações da Organização Mundial da Saúde e de governos estaduais determinaram o isolamento social, no sentido de que as pessoas evitem aglomerações em razão do fácil contágio do vírus que provoca a doença retrocitada. Não obstante, as pessoas continuaram e continuam se alimentando, se higienizando, limpando suas casas, utilizando medicamentos, tratando de seus animais domésticos, trabalhando em casa, utilizando energia elétrica e serviços de comunicação, de forma que as mercadorias atinentes aos segmentos supramencionados continuam sendo consumidas e inúmeros fatos geradores do ICMS persistem se concretizando.

Ressalte-se, também, que o comércio eletrônico continua sendo exercido, agora de forma mais intensa, sendo certo que os consumidores permanecem adquirindo inúmeras mercadorias, de diversos segmentos, inclusive aqueles passíveis de sujeição ao regime da substituição tributária.

Verifica-se que, se for admitida a suspensão do regime de substituição tributária, os inúmeros fatos geradores do ICMS que se concretizam diariamente, deverão ser recolhidos pelo sistema de débito e crédito em cada etapa da cadeia de circulação de mercadorias, implicando, por conseguinte, no aumento da “máquina” administrativa, já que será necessário que as unidades federadas aumentem o número de seus funcionários para que consigam fiscalizar este gigantesco número de empresas, sobretudo varejistas, o que, certamente, será custeado por meio de aumento de tributos.

É importante salientar que o regime de substituição tributária não é passível de suspensão em relação aos contribuintes substituídos (distribuidores, atacadistas e varejistas), como pretende a autora do projeto em análise, isto porque, o ICMS/ST em relação às operações subsequentes é recolhido antecipadamente em relação às diversas etapas de circulação de mercadorias até a sua etapa final, que consiste na venda ao consumidor final, de forma que uma empresa, que está no meio da cadeia de circulação de uma determinada mercadoria, já teve a sua parcela de ICMS recolhida

antecipadamente, de forma que não recolherá mais nada a título de ICMS atinente àquela mercadoria. Então, como se daria a suspensão da substituição tributária no caso dos contribuintes substituídos?

Dessa forma, provavelmente, todas as empresas substituídas, que são a grande maioria, precisarão apurar seus estoques a fim de verificar quais mercadorias estão sujeitas à substituição tributária, qual parcela deste valor ainda não se realizou, ocasionando o aumento exponencial de obrigações acessórias e, possivelmente, de restituição em créditos escriturais, os quais não seriam imediatamente utilizados, dada a diminuição significativa do volume de operações de saída destes contribuintes neste momento grave e delicado.

Por seu turno, eventuais alterações na sistemática de tributação de diversos prosutos, cuja operacionalização ocorre através de sistemas estruturados interligando as fazendas estaduais e contribuintes substitutos, alguns bastante complexo como é o caso do Sistema de Captação e Auditoria dos Anexos de Combustíveis (SCANC) em relação a combustíveis, bem como o trigo, farinha e derivados cujo cálculo é realizado a partir da importação do grão, os quais teriam que ser totalmente redesenhados para fins de controle e apuração do imposto.

Todas essas informações retratam a importância do regime de substituição tributária para as administrações tributárias dos Estados e Distrito Federal, mas sem dúvida alguma o número mais relevante a ser apresentado é o da participação de ICMS-ST recolhido por meio dessa técnica de tributação em relação ao total da arrecadação estadual de ICMS, considerando que:

1. a arrecadação mensal do ICMS dos entes federados, no ano de 2019, foi igual a R\$ 42,48 bilhões, conforme dados publicados no Boletim de Arrecadação dos Tributos Estaduais (<https://www.confaz.fazenda.gov.br/boletim-de-arrecadacao-dos-tributos-estaduais>);



2. a arrecadação média de ICMS-ST corresponde a 36,24% da arrecadação listada no supramencionado item 1, ou seja, tem-se um total mensal arrecadado de ICMS-ST no valor de R\$ 15,40 bilhões para Estados e Distrito Federal.

Suspender a substituição tributária durante a ocorrência do atual estado de calamidade pública compromete um valor por demais expressivo da receita atual, da ordem de R\$ 15,4 bilhões/mês, ou R\$ 138 bilhões no exercício de 2020. Tendo em vista a importância da substituição tributária para a efetividade da receita, como instrumento de combate à sonegação e à inadimplência contumaz, provavelmente exacerbadas nesse período, o impacto financeiro negativo seria devastador para as contas públicas, com reflexos na capacidade dos Estados e Distrito Federal de executar as políticas públicas de saúde e segurança, entre outras.

Verifica-se, portanto, que eventual aprovação do projeto de lei complementar em análise provocaria um colapso no sistema de arrecadação das unidades federadas, o que comprometeria a manutenção da governabilidade e a prestação ininterrupta dos serviços públicos essenciais à população.

O impacto negativo no fluxo de caixa dos Estados resultaria em efeito diametralmente oposto ao que se pretende, pois aniquilaria com a capacidade dos entes federados de honrarem o pagamento das despesas extraordinárias para enfrentamento da própria crise de COVID-19, tais como a compra de equipamentos de proteção individual necessários ao exercício das funções dos profissionais de saúde e das forças de segurança, quais sejam, álcool em gel, máscaras, luvas, respiradores e outros recomendados pelas autoridades sanitárias.

Além disso, a interrupção do fluxo de caixa dos Estados afetaria diretamente o repasse da quota-parte do ICMS a todos os municípios brasileiros, o que causaria prejuízo incomensurável às já combalidas finanças dos entes federativos, vale repetir, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.



Tudo o que os Estados e Distrito Federal não precisariam neste momento crucial de crise aguda é exatamente a redução da sua capacidade financeira para enfrentar esse inimigo voraz e invisível.

CONCLUSÃO

Em face ao exposto, considerando que a suspensão do ICMS-ST um impacto mensal de R\$ 15,40 bilhões sobre a arrecadação do ICMS dos Estados e Distrito Federal, somos pela rejeição do PLP 72/20, uma vez que sua eventual aprovação produziria efeitos catastróficos às finanças estaduais, com repercussão direta no repasse da quota-parte do ICMS aos Municípios, significando insofismavelmente a falência financeira de diversos Estados e Municípios brasileiros.

COMSEFAZ - Comitê Nacional de Secretários de Fazenda, Finanças, Receita ou Tributação dos Estados e do Distrito Federal





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

DESPACHO Nº 12/2020

Junte-se à página oficial da tramitação das proposições legislativas as cópias eletrônicas de manifestações externas, conforme listagem a seguir exposta:

1. PEC nº 186, de 2019. Documento SIGAD nº 00100.172392/2019-06
2. PEC nº 65, de 2019. Documento SIGAD nº 00100.078550/2019-23
3. PLP nº 247, de 2020. Documento SIGAD nº 00100.097777/2020-11
4. VET nº 46, de 2020. Documento SIGAD nº 00100.096083/2020-58
5. SUG nº 9, de 2020. Documento SIGAD nº 00100.035054/2020-10
6. PL nº 2573, de 2019. Documento SIGAD nº 00100.175312/2019-66
7. SUG nº 9, de 2020. Documento SIGAD nº 00100.041562/2020-37
8. SUG nº 9, de 2020. Documento SIGAD nº 00100.041651/2020-83
9. PL nº 4476, de 2020. Documento SIGAD nº 00200.009354/2020-15
10. PLP nº 72, de 2020. Documento SIGAD nº 00100.041556/2020-80
11. MPV nº 932, de 2020. Documento SIGAD nº 00100.037873/2020-00
12. MPV nº 899, de 2019. Documento SIGAD nº 00100.041572/2020-72
13. MPV nº 932, de 2020. Documento SIGAD nº 00100.037647/2020-11
14. PL nº 311, de 2018. Documento SIGAD nº 00100.029363/2020-51
15. PEC nº 186, de 2019. Documento SIGAD nº 00100.030578/2020-14
16. PEC nº 187, de 2019. Documento SIGAD nº 00100.030578/2020-14
17. PEC nº 188, de 2019. Documento SIGAD nº 00100.030578/2020-14
18. PEC nº 65, de 2019. Documento SIGAD nº 00100.030278/2020-35
19. PL nº 3204, de 2019. Documento SIGAD nº 00100.030266/2020-19
20. PLS nº 232, de 2016. Documento SIGAD nº 00100.029294/2020-85
21. PL nº 1075, de 2020. Documento SIGAD nº 00100.051047/2020-65
22. VET nº 10, de 2020. Documento SIGAD nº 00100.055273/2020-15
23. PL nº 2564, de 2020. Documento SIGAD nº 00100.055267/2020-68



24. PL nº 1075, de 2020. Documento SIGAD nº 00100.055189/2020-00
25. PLP nº 39, de 2020. Documento SIGAD nº 00100.055246/2020-42
26. PL nº 1075, de 2020. Documento SIGAD nº 00100.055192/2020-15
27. PLS nº 242, de 2018. Documento SIGAD nº 00100.045134/2020-83
28. PL nº 873, de 2020. Documento SIGAD nº 00100.057764/2020-09
29. PL nº 1166, de 2020. Documento SIGAD nº 00100.057691/2020-47
30. PL nº 1064, de 2020. Documento SIGAD nº 00100.043381/2020-45
31. MPV nº 932, de 2020. Documento SIGAD nº 00100.047175/2020-12
32. PL nº 1326, de 2020. Documento SIGAD nº 00100.050958/2020-75
33. PLP nº 200, de 2020. Documento SIGAD nº 00100.098447/2020-34
34. PLP nº 224, de 2020. Documento SIGAD nº 00100.098447/2020-34

Secretaria-Geral da Mesa, 12 de novembro de 2020.

(assinado digitalmente)

JOSÉ ROBERTO LEITE DE MATOS
Secretário-Geral da Mesa Adjunto

